

# Metodologias de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, dos anos finais

Cleide Pereira Gomes<sup>1</sup>

## Resumo

O trabalho intitulado METODOLOGIA DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, DOS ANOS FINAIS visa contribuir com a prática dos professores de Língua Portuguesa. Por meio de pesquisa bibliográfica, a partir da leitura em livros que abordam a temática em questão e de observação, durante acompanhamento pedagógico, em horário de planejamento, de alguns professores, do 6º ao 9º ano, da Rede Municipal de Ensino/REME de Campo Grande/MS, na Escola Municipal onde estão lotados, assim, foi possível diagnosticar dificuldades e necessidades na prática do trabalho docente. Nesse sentido, pretende-se, também, subsidiar os professores com sugestões e orientações, fundamentadas na perspectiva do gênero textual, para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, com possíveis intervenções para que o desempenho do professor resulte em aumento do índice de proficiência dos discentes.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Texto. Aluno. Professor.

## Abstract

The work entitled METHOD OF TEACHING AND LEARNING OF PORTUGUESE FOR ELEMENTARY EDUCATION, THE FINAL YEARS aims to contribute to the practice of Portuguese Language teachers. Through literature, from reading books that address the thematic in question and observation for monitoring pedagogic, in time of planning, some teachers, from 6th to 9th grade, the Municipal Schools/REME of Campo Grande/MS in the school hall where they are crowded, so it was possible to diagnose problems and needs in the practice of teaching. In this sense, we intend to also subsidize teachers with suggestions and orientations, based on the perspective of the genre, for the teaching and learning of Portuguese, with possible interventions for teacher performance resulting in increased rates of proficiency students.

**Keywords:** Learning. Text. Students. Teacher.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em Letras (Português/Inglês); Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Informática na Educação; Metodologia do Ensino e Metodologia do Ensino Superior. Professora da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS de 1980 até os dias atuais. Professora/técnica lotada na Secretaria Municipal de Educação/SEMED desde 1983. **E-mail:** cleidepg@gmail.com

## Introdução

Ao ensinar e aprender a Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental, a metodologia é de suma importância, uma vez que, cabe à escola a função de trabalhar (estudar com os alunos) os conhecimentos que atendam às demandas sociais por meio da língua contextualizada, assim, Antunes (2007, p. 105), questiona e responde:

E o que é uma língua descontextualizada? É a língua artificial, inventada; língua para dar exemplos. É a língua das frases soltas, que continuam a ter lugar nas salas de aula. Língua que não tem como referência uma situação, um sujeito, uma finalidade comunicativa. Parece uma coisa oca.

Para isso, os conteúdos não podem ser trabalhados de forma fragmentada, superficial e desarticulados. Nesse sentido, a prática pedagógica docente faz a diferença, tendo em vista que o “como” acontece a aula, é fundamental no processo de aprendizagem. A escola eficaz requer professor pesquisador, sempre refletindo sobre suas ações, analisando-as, sistematizando as constatações dentro de uma perspectiva na qual ela cumpra seu papel, que é a formação integral do ser humano para que seja capaz de transformar o meio no qual está inserido em prol de todos, apreendendo o conhecimento na sua concretude histórica.

Dessa maneira, esse texto visa contribuir com o fazer pedagógico dos professores de Língua Portuguesa e, também, subsidiá-los com sugestões e orientações, fundamentadas na perspectiva do gênero textual, para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, com possíveis intervenções para que o desempenho do professor resulte em aumento do índice de proficiência dos discentes. Por meio de observação, *in loco*, durante acompanhamento pedagógico, em horário de planejamento, na escola municipal na qual o professor está lotado, foi possível diagnosticar dificuldades e necessidades na prática docente e, também, de pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura de livros que abordam a temática em questão.

É fundamental que o docente proponha atividades que favoreçam a produção de ideias, em uma interação com o contexto social de forma a atender às necessidades sociais de um determinado tempo e de uma definida circunstância histórica. Sendo

assim, é importante que o professor valha-se de todos os recursos didáticos existentes dentro e fora da escola, além de pesquisar, nos clássicos, argumentos e conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades e possibilidades de aprendizagem, e busque soluções para as dificuldades encontradas nos meios educacional e social. Assim, convém citar o que Antunes (2007, p. 115) afirma:

O que pretendo defender – na esteira de muitos linguistas – é a relevância de que devemos, também, debruçar-nos sobre a realidade dos fatos linguísticos (fatos e, não, suposições), para ver e ouvir a língua acontecendo, tal e qual (sem tirar nem pôr, como diz o povo). E, conseqüentemente, dar crédito ao que se vê e ao que se ouve, para não delegar aos manuais apenas toda a legitimidade ou a adequação de um uso ou de uma norma.

Nessa perspectiva, o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa precisam estar alicerçados nas múltiplas linguagens e estéticas, recorrendo às suas tecnologias como ferramenta pedagógica que melhor atenda aos propósitos tanto dos educadores quanto dos educandos. Eles, eternos aprendizes, precisam pesquisar e sistematizar saberes, sendo assim, é importante garantir a humanização das relações sociais e favorecer a continuidade da produção de conhecimentos socialmente existentes.

No acompanhamento dos professores nos planejamentos foram verificados vários fatores que interferem no ensino e na aprendizagem do docente de Língua Portuguesa, tais como: a concepção de ensino e de aprendizagem do professor, a crença deste sobre como os alunos aprendem, o nível de conhecimento profissional de que dispõe, além das leituras que realiza, pois influencia sobre a sua prática pedagógica.

Quanto aos alunos, é fundamental observar que a confiança na sua própria capacidade de aprender, a valorização dos seus próprios conhecimentos e o reconhecimento deles estão relacionados com o nível de sua proficiência.

O contexto escolar em que as situações de ensino e de aprendizagem acontecem associadas com a mediação do docente no decorrer do processo, e, as intervenções para sanar dificuldades, criando situações que favoreçam atender às necessidades e às possibilidades de aprendizagem podem acontecer com iniciativas como: os combinados, elaborados juntamente com os discentes; a relação professor x aluno (afetividade, cumplicidade, respeito mútuo); planejamento e replanejamento, caso

haja necessidade do fazer pedagógico; a relação da família com a aprendizagem dos estudantes e com a elaboração e consolidação do Projeto Político Pedagógico/PPP pela comunidade escolar.

## **Concepções de língua, de linguagem e de texto**

No decorrer do ensino fundamental, na área de Língua Portuguesa, os alunos precisam aprender a ler e produzir diferentes gêneros textuais (orais, escritos, verbais e não verbais), nas diversas situações sociocomunicativas (formais e informais). Convém enfatizar que para desenvolver e consolidar as habilidades referentes às competências discursivas, linguística e estilística, é essencial fazer análise e reflexão sobre o uso da língua por meio de diferentes gêneros textuais, tanto na leitura quanto na produção de texto, oral e escrita (com base nos textos dos alunos e/ou de autores renomados).

É de suma importância que estejam claras as concepções no que se referem ao ensino e à aprendizagem da Língua Portuguesa, tais como concepções de língua, de linguagem e de texto (gênero e tipo). E, também, o objetivo da Língua Portuguesa para o ensino fundamental que é ler e escrever diferentes textos nas diversas situações comunicativas.

Para Koch (2006, p. 7), há três concepções de língua, conforme as de gramática: 1. Língua é o que representa o pensamento e o conhecimento (gramática normativa - conjunto de regras que devem ser usadas); 2. língua é o código, instrumento que os interlocutores usam para comunicar determinadas mensagens (gramática descritiva - conjunto de regras que são seguidas) e 3. língua é lugar de interação, dialógica (gramática interna - conjunto de regras que o falante domina), esta, a adequada para atender às necessidades e possibilidades de aprendizagem dos aprendizes.

A língua é o principal instrumento, de comunicação e de interação, usado pelo homem para expressar ideias, sentimentos, produzir e compreender textos orais e escritos, verbais e não verbais. É o conjunto de variedades linguísticas, e como tal não se pode usar sem recorrer à gramática. A língua tem caráter dinâmico e varia de acordo com a evolução da sociedade, portanto, é construção histórica dos sujeitos.

Desse modo, Geraldi (1999, p. 28), afirma que: a língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Nesse sentido, a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como um produto acabado, pronto, fechado em si mesmo, de um lado porque sua "apreensão" demanda apreender no seu interior as marcas de sua exterioridade construtiva (e por isso o externo se internaliza), de outro lado porque o produto histórico – resultado do trabalho discursivo do passado é hoje condição de produção do presente que, também se fazendo história, participa da construção deste mesmo produto, sempre inacabado, sempre em construção.

A linguagem, de acordo com Aurélio (2001, p. 427), "é o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas. A forma de expressão pela linguagem própria de um indivíduo, grupo, classe etc.". Para Koch (2006, p. 7), a linguagem humana tem sido percebida, no curso da História de maneiras bastante diversas, que podem ser sistematizadas em três principais: a. como representação ("espelho") do mundo e do pensamento; b. como instrumento ("ferramenta") de comunicação e c. como forma ("lugar") de ação e interação.

Na perspectiva em que se vê o aluno como sujeito de sua aprendizagem, a linguagem deve ser entendida como forma de interação, na qual os sujeitos envolvidos realizam uma ação de mão dupla, um influenciando sobre o outro, em função do lugar que ocupam nessa interação. Conforme Geraldi (1999, p. 23), "linguagem é criação de sentido, encarnação de significação e, como tal, ela dá origem à comunicação".

O professor, ao trabalhar a linguagem, proporciona ao aluno o acesso às diferentes modalidades linguísticas e ao uso que se faz delas. Desenvolvê-la possibilita ao aluno que ele reflita sobre os processos de funcionamento dela, enquanto faz emergir seu conhecimento linguístico, adquirido no uso efetivo que se faz da língua e amparado em seus referenciais de socialização. Trabalho por meio da linguagem é aquele realizado tanto pelo professor quanto por seus alunos na tentativa de construir o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, o aluno, por meio de produção de textos (orais e/ou escritos), fornece ao professor o objeto de estudo (dificuldades) a ser trabalhado na sala de aula, a linguagem com, sobre e por meio dela.

Para o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa, convém que o professor proponha atividades de linguagens baseadas em quatro práticas interligadas:

oralidade, leitura, produção de textos e análise e reflexão sobre a língua. Essas práticas, conforme Brasil (1998, p. 96) compõem os eixos a serem trabalhados na área de Língua Portuguesa.

A fim de planejar situações de aprendizagem, é fundamental que o professor considere que o planejamento seja um instrumento importante, uma vez que orienta a ação pedagógica, considerando os objetivos, habilidades e competências a serem desenvolvidas e consolidadas por meio das práticas de oralidade, leitura, produção textual, análise e reflexão sobre a língua em uso.

## **Avaliação**

A avaliação é inerente ao processo de ensino e de aprendizagem escolar, elas precisam caminhar de mãos dadas, assim, convém que o docente avalie, somente, o que é objeto de ensino e de aprendizagem, sendo fundamental que os resultados do ato de avaliar sejam considerados ao planejar as habilidades a serem desenvolvidas e consolidadas com os alunos. Segundo Antunes (2003, p. 159):

[...] é bom que o professor se apóie nos resultados apresentados pelos alunos, seja em leitura, seja em escrita, para decidir o que vai selecionar como próximo objeto de estudo, para que não fique ensinando aquilo que os alunos já sabem ou deixe de ensinar aquilo que eles precisam saber.

Em relação à avaliação de processo, é essencial que seja diagnóstica, processual e contínua a fim de que o docente possa perceber o andamento do processo, o desenvolvimento do discente, atentando para as diferenças individuais e, caso seja necessário, replanejar suas atividades e autoavaliar. Na avaliação diagnóstica, o professor identifica o que o educando sabe e o que ele precisa aprender (usar mapa de saberes para leitura e para produção textual e, também, caderno de produção de texto individual e/ou coletiva; reescrita e reestruturação dos textos produzidos pelos alunos); na processual e contínua, após intervenções com atividades desafiadoras, avalia-se o processo a fim de constatar se há necessidade de replanejar e executá-lo por meio de diferentes estratégias, propor diversas situações de aprendizagem.

Como fora escrito, anteriormente, a avaliação está diretamente associada ao fazer pedagógico. Não há como desvinculá-la do cotidiano, uma vez que está presente nas interações, tanto educacional, profissional quanto pessoal. Na instituição educacional, incide sobre o objeto do processo de ensino e de aprendizagem a fim de constatar o que já foi apreendido e o que precisa ser retomado e/ou aprofundado.

É fundamental concebê-la como instrumento para verificar o que se sabe e, posteriormente, cuidar da aprendizagem, centralizando o fazer pedagógico em ações de construção e reconstrução do conhecimento. Pode ser feita e mensurada em forma de notas ou de registros descritivos, com pontuação dos avanços, das dificuldades e com as devidas intervenções Demo (2004). É importante revisar e modificar a avaliação, visando à aprendizagem do aluno autônomo por meio de um professor mediador que o acompanhe, registre os avanços e proponha práticas pedagógicas que solucionem os problemas existentes os quais prejudicam a formação de um aluno crítico.

Desse modo, Hoffmann (2005 p. 54), ressalta que: A avaliação é de tamanha complexidade que requer educadores com bom senso e responsabilidade frente a situações inesperadas, atenção às diferenças que interferem nos juízos avaliativos, na interpretação das novidades que surgem e, sobretudo, na invenção de estratégias inovadoras para enfrentar situações inéditas. É essencial que ela mobilize tanto aos alunos quanto aos professores para motivar a revisão e percepção do patamar de proficiência da aprendizagem, diagnosticando para possíveis intervenções a fim de atender aos propósitos do processo de ensino e de aprendizagem no contexto educacional.

Há de se levar em conta uma análise do contexto da situação, observando as condições sociais, sem privilegiar alguns em detrimento de outros, pois não existem responsabilidades individuais de sucesso ou de fracasso. Parafraseando Freire (1981, p. 79) ninguém ensina ninguém, ninguém aprende sozinho, as pessoas aprendem no coletivo, ninguém avalia ninguém, ninguém se avalia sozinho, as pessoas se avaliam em conjunto. Lembrando-se de que a questão central é o fazer pedagógico, a fim de perceber como estão aluno, professor e instituição educacional, observando o que se efetivou como conhecimento. Sendo assim, Hoffmann (2005, p. 17) enuncia que:

A avaliação é, portanto, uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo. Sem uma reflexão séria e valores éticos se perde os rumos do cominho, a energia, o vigor dos passos em termos da melhoria do processo.

É preciso que o aluno atinja níveis cada vez mais complexos de raciocínio, maior grau de autonomia, possibilitando que se autoavale em um processo contínuo, e que essa seja considerada pelo professor ao registrar o nível de proficiência, de maneira que haja coerência entre papel e concepção de ensino e de aprendizagem, tanto do professor quanto do aluno, que é visto como sujeito ativo de sua aprendizagem, o professor é mediador do processo. Portanto, a avaliação deve servir como subsídio para a tomada de decisões e ações em relação à prática pedagógica. Antunes (2003, p. 166), afirma:

[...], o fundamental é que o professor garanta ao aluno a oportunidade de enfrentar o desafio da leitura, da escrita, da fala (do conversacional cotidiano à fala formal), com todos os gostos e riscos que isso pode trazer. Só assim ele há de chegar à experiência comunicativa inteiramente assumida, com autoconfiança de que somos capazes de exercer, também pelo linguístico, a cidadania que nos cabe por pleno direito.

Nessa perspectiva, cada ação pedagógica é avaliada constantemente, tanto pelos alunos quanto pelos professores e o que importa são os avanços. As dificuldades receberão intervenções didáticas para serem minimizadas. O erro é indicador de que precisa ser retomado, visando à promoção.

## **Texto e gramática - indissociáveis**

No ensino da Língua Portuguesa, faz-se necessário um olhar mais minucioso para as questões específicas de gramática, que nunca fora abolida de nenhuma língua, apenas o que se propõe é um trabalho didático em que jamais dissocie a gramática do texto. A autora Antunes (2007, p. 27) afirma:



Mas existe a ideia simplista e ingênua de que apenas a norma culta segue a gramática. As outras normas funcionam sem gramática. Movem-se à deriva. Ora, toda língua – em qualquer condição de uso – é regulada por uma gramática.

Assim, é o texto produzido pelo aluno que definirá o conteúdo a ser abordado em cada ano do Ensino Fundamental, pois é a partir desse texto que é possível identificar o que o aluno sabe e o que precisa aprender. Cabe ressaltar que é fundamental ao professor contemplar, em seu planejamento, tanto os aspectos gramaticais quanto os discursivos, os quais precisam ser trabalhados dentro dos contextos sociais e comunicativo.

Os conteúdos linguísticos provenientes do texto, como unidade de sentido, são práticas contínuas. Antunes ( 2007, p. 29), conclui:

Em síntese, a gramática da língua vai sendo aprendida naturalmente, ouvindo e falando. Não há um momento especial nem uma pessoa específica destinados ao ensino dessa gramática. Ela vai sendo incorporada ao conhecimento intuitivo, pelo simples fato de a pessoa estar exposta à convivência com os outros, a atividades sociais de uso da língua, das conversas familiares às atuações mais tensas e formais. Ou seja, essa gramática está inerentemente ligada à exposição da pessoa aos usos da língua. A escola virá depois; para ampliar.

Na sequência de textos utilizados não se pode dissociar as especificidades linguísticas das situações sociais e comunicativas, por exemplo, em uma produção do aluno há a frase: “Quero ler, porém, o professor não deixa”. É profícuo levar o aluno a refletir sobre a função da conjunção “porém” com a ideia de oposição, e considerar as possibilidades do uso de outras palavras, tais como “mas”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto” etc., com o mesmo sentido semântico, por serem diferentes, porém, trazem a mesma informação. É essencial ao aluno ter contato com o maior número possível de variantes para aumentar as possibilidades de uso efetivo da língua.

A aprendizagem da língua padrão consiste no domínio da escrita e da leitura por meio da diversidade textual e que a gramática precisa ser ministrada com base no uso efetivo da língua no contexto da interação e não em função do domínio de regras e nomenclaturas. Isso significa que quanto maior o número de gêneros textuais com os quais o aluno entra em contato, maiores serão as possibilidades de comunicação.

Seguindo esse raciocínio, Possenti (1996, p. 47), ressalta que “não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas. [...]. O domínio de uma língua, repito, é resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas” e, também, é pertinente ressaltar o que Antunes (2007, p. 131), enfatiza:

O texto não é uma forma prioritária de usar a língua. É a **única forma**. A forma necessária. Não tem outra. A gramática é constituída do texto, e o texto é constituído de atividade de linguagem. Sua exploração em sala de aula tem outras razões que deixar as aulas menos monótonas e mais motivadoras. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades textuais discursivas.

Portanto, texto e gramática são indissociáveis, o texto é a concretização da gramática, não existe texto sem gramática e, também, texto não é só gramática, é cultura, leitura, intertextualidade e ortografia, ao trabalhar dessa forma, é possível termos aprendizes com competências linguística, estilística e discursiva.

## **Variáveis que interferem no fazer pedagógico do docente de Língua Portuguesa**

Ao acompanhar, pedagogicamente, aos professores, individualmente, em horário de planejamento, quinzenalmente, percebeu-se que há algumas variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico da Língua Portuguesa, as quais estão elencadas, seguidas das dificuldades/necessidades diagnosticadas com algumas sugestões para as devidas intervenções, objetivando saná-las e/ou minimizá-las. Dentre elas estão: 1. A crença do professor sobre como os alunos aprendem - sua concepção de ensino e aprendizagem - determina as formas de ensinar, além disso, o nível de conhecimento profissional de que dispõe tem grande influência sobre o seu fazer pedagógico. 2. A crença do aprendiz na sua própria capacidade de aprender e o reconhecimento e a valorização dos seus próprios saberes. 3. O contexto escolar em que as situações de ensino aprendizagem acontecem (situação de aprendizagem - algo que resulta de atividade organizada pelo professor, combinada com a intervenção pedagógica planejada para iniciar na aprendizagem dos alunos). 4. O contrato didático que rege as situações de ensino e aprendizagem. 5. A relação professor-aluno. 6. O planejamento prévio do trabalho pedagógico. 7. As condições de realização das atividades propostas. 8. A intervenção do professor durante as atividades. 9. A gestão

da sala de aula. 10. A relação da família com a aprendizagem dos alunos e com a proposta pedagógica.

No que se refere à prática do docente, as variáveis observadas foram as seguintes: 1. desconsiderar o contexto da própria atuação; 2. planejar a ação sem partir da realidade à qual se destina; 3. não antecipar possibilidades que permitem planejar intervenções com antecedências; 4. não identificar e caracterizar problemas (obstáculos, dificuldades, distorções, inadequações); 5. não priorizar o que é relevante para as possíveis soluções de problemas identificados, não tendo autonomia para tomar as medidas que ajudam a solucioná-los; 6. falta de pesquisas, a fim de buscar recursos e fontes de informações que se mostrem necessários; 7. incompreensão das diferenças de ritmos dos aprendizes; 8. trabalhos apenas individuais, isolados; 9. estar fechado e indisponível para aprendizagens, não refletir sobre a própria prática e possíveis mudanças na concepção de ensino e aprendizagem; 10. não utilizar a leitura e a escrita em favor do desenvolvimento pessoal e profissional; 11. não participar da elaboração da proposta pedagógica; 12. acreditar que os conteúdos escolares são aprendidos por memorização, fazendo os alunos memorizarem definições e sequências de passos a serem desenvolvidos; 13. não combinar com os alunos um contrato didático, contendo regras próprias que regulam: a) relações que alunos e professores têm com o conhecimento e com as atividades escolares; b) estabelecer direitos e deveres em relação às situações de ensino e aprendizagem; c) conjunto de condutas específicas. 14. tentar avaliar todos ao mesmo tempo em uma determinada situação.

A fim de minimizar o que fora abordado nos dois parágrafos, anteriores, eis algumas sugestões de intervenções: 1. organizar situações de ensino e aprendizagem, difíceis e possíveis, com atividades e intervenções pedagógicas adequadas às dificuldades, necessidades e possibilidades de aprendizagens dos alunos sendo que uma prática desse tipo pressupõe: 1.1 oferecer a autonomia intelectual dos alunos, ou seja, ensiná-los aprender a aprender; 1.2 considerar e atender às diversidades na sala de aula; 1.3 favorecer a interação e a cooperação; 1.4 analisar o percurso de aprendizagem e o conhecimento prévio dos alunos; 1.5 mobilizar a disponibilidade para a aprendizagem; 1.6 articular objetivos de ensino e de realização dos aprendizes; 1.7 criar situações que aproximem, o mais possível, "versão escolar" e "versão social" das práticas e conhecimentos que se convertem em conteúdos na

escola; 1.8 organizar racionalmente o tempo; 1.9 selecionar materiais didáticos adequados às atividades a serem aplicadas; 1.10 avaliar os resultados obtidos e redirecionar as propostas, se os resultados das avaliações não forem satisfatórios. 2. Participar, ativamente, da elaboração da proposta pedagógica; 3. considerar que há conteúdos escolares que são aprendidos por: a) memorização: nomes em geral; informações e instruções; respostas a adivinhações; números de telefones; endereços; senhas (bancos/internet) e outros por vivências: é preciso vivenciar situações exemplares em que esses conteúdos representam (interpretar textos, redigir textos, refletir sobre textos, refletir sobre a escrita convencional –é preciso exercitar essas atividades com frequência para poder realizá-las com habilidade, com desenvoltura, pois quaisquer procedimentos aprende-se pelo uso. b) não adianta memorizar a informação de que é preciso ser solidário, respeitar os outros, cuidar da natureza... isso não basta para aprender o valor e a necessidade dessas atitudes, é preciso vivenciá-las. 4. elaborar um contrato didático – combinados sobre o que pode e o que não é adequado ao processo de ensino e aprendizagem; 5. para acompanhar a todos é preciso ter uma ficha de registro a fim de distribuir o acompanhamento na medida do possível (4 ou 5 alunos por dia). (Nesta ficha, convém registrar: a) escola; b) ano/turma; c) saberes avaliados; d) avanços; e) dificuldades; f) intervenções; g) observações.).

## **Espaços de aprendizagem**

A organização dos espaços de aprendizagem da instituição escolar reflete a concepção pedagógica da escola, a qual permite a ela organizar e planejar situações de aprendizagem. Em princípio, quase todos os espaços existentes dentro e fora da instituição educacional podem ser usados como ambiente favorável à aprendizagem; o que fará a diferença como sendo negativa ou positiva é a forma de encaminhamento das situações didáticas. Cabe ao professor fomentar a busca, constante, pelo conhecimento por meio de pesquisas, discussões, observações, produção e reprodução de textos adequados às situações sociocomunicativas.

O importante é aumentar, mais, as possibilidades de situações de aprendizagens, que além de motivar, fortalecem a inter-relação professor x aluno e aluno x aluno. É fundamental que o docente faça a mediação das atividades, dentro e fora da escola,

de maneira a fomentar e favorecer o interesse do educando na busca da construção e reconstrução do conhecimento.

O grande desafio do professor é escolher, dentre os espaços disponíveis, aquele que melhor se ajuste aos propósitos educacionais que sustenta a contribuição para o fortalecimento de ambientes de aprendizagem, os quais privilegiem a aprendizagem de forma coletiva, cooperativa e significativa.

A biblioteca, por exemplo, como espaço de saberes, contribui para a melhoria da qualidade do processo do ensino e da aprendizagem, uma vez que a leitura é ferramenta indispensável para a aprendizagem. Formar leitores autônomos requer condições favoráveis, portanto, é fundamental que se coloquem à disposição dos alunos diferentes textos de diversos gêneros literários, livros infantis, infanto-juvenis, juvenis, enciclopédias, dicionários, gramáticas, almanaques, revistas, gibis etc., textos e livros referentes às distintas áreas do conhecimento. A sala de informática é outro espaço de aprendizagem importante uma vez que possibilita a utilização de ferramentas tecnológicas de informação e de comunicação, as quais contribuem para o processo de ensino e de aprendizagem. O conhecimento ao ser mediado pelo uso do computador, cada vez mais, torna-se prática eficaz, sendo um desafio do docente propor atividades potencializadoras da aprendizagem por possibilitar descobertas e favorecer a cooperação. É, entretanto, um desafio diário, para quem, ainda, não tem domínio sobre a máquina, quer sejam professores quer sejam alunos. Por meio do computador é possível pesquisar, trocar informações sobre culturas, conhecimentos, dialogar, jogar, corresponder-se, entre outras inúmeras atividades. A utilização do blog (diário pessoal disponibilizado em rede), por exemplo, surge perfeitamente contextualizada naquilo que hoje em dia é utilizado como forma de interação.

Assim, o uso de computadores como ferramenta, material de apoio pedagógico, nos contextos de ensino e de aprendizagem tem conduzido os alunos a buscar maneiras de usar a tecnologia em prol da aprendizagem, por meio da qual é possível transformar a sociedade, em benefício de todos. Há outros espaços, dentro e fora da sala de aula os quais, podem e devem ser usados para o desenvolvimento de diversas atividades, entre eles o pátio, entorno da escola, clube, praça, parque, cinema, teatro, pontos turísticos, museus entre outros. Ir, também, a eventos culturais, como apresentações musicais, danças, exposição de artes e artesanato, seminários,

palestras que promovam a aprendizagem. Esses locais e situações, em algumas circunstâncias, aproximam-se da realidade dos alunos, em outras é a única possibilidade de interagir com ambientes diferentes de seu convívio social, visto que nunca tiveram acesso a eles.

Em suma, os espaços de aprendizagem precisam ser flexíveis, a fim de evitar a monotonia para que os alunos apreendam os saberes por meio de atividades contextualizadas, diferenciadas, desafiadoras e interessantes, as quais possam fazer com que o aprendiz pense, reflita, analise e sistematize suas constatações em relação ao objeto de ensino e de aprendizagem.

## **Considerações Finais**

Diante das percepções apontadas nesse estudo, é necessário que a escola participe de mudanças que favoreçam a sociedade, principalmente, no que se refere à consolidação de saberes, o acesso às novas tecnologias da informação e à resolução dos problemas sociais, pois por ser um local de troca de conhecimento, convém compreender que essa não se realiza somente entre as quatro paredes.

Para a seleção e organização dos conteúdos de Língua Portuguesa, é essencial que o professor trabalhe didaticamente os conteúdos oriundos do texto como unidade de sentido, os quais são de trabalho, permanente, em todos os anos do ensino fundamental. O texto, oral ou escrito, deve ser tomado como objeto de ensino e de aprendizagem, porque todas as interações sociais se processam por meio dele. Desse modo, texto é toda e qualquer unidade de informação ou de sentido capaz de mediar interação entre os homens, interlocutores, independente de sua extensão. Os textos podem ser oral ou escrito, literário ou não literário.

Nesse sentido, é essencial que todo processo de ensino e de aprendizagem estejam alicerçados em concepções fundamentadas na perspectiva do gênero textual, uma vez que tudo que possui uma unidade de informação ou de comunicação é objeto das interações humanas, portanto, a metodologia é fator importante para que o fazer pedagógico atinja o objetivo da Língua Portuguesa que é ler e escrever diferentes gêneros textuais nas diversas situações sociocomunicativas.

Sendo assim, docentes pesquisadores, sempre refletindo sobre suas ações, analisando-as, sistematizando as constatações dentro de uma perspectiva, na qual a escola cumpra seu papel, que é a formação integral do ser humano para que seja capaz de transformar o meio no qual está inserido em prol de todos, apreendendo o conhecimento na sua concretude histórica terá desenvolvido e consolidado com os discentes o essencial para que eles possam desempenhos adequados às reais necessidades e possibilidades de aprendizagem e interajam com a sociedade transformando-a em benefício de todos.

## Referências

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).